

**6. Pedido de autorização efetuado pelo Sporting Clube de Braga-Futebol SAD para a instalação de unidades de produção para autoconsumo de energia de fonte primária a energia renovável (UPACs) nos prédios propriedade deste Município.**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, para aprovação, minuta de declaração de autorização, que se anexa, na sequência do pedido efetuado pelo Sporting Clube de Braga-Futebol SAD para a instalação de unidades de produção para autoconsumo de energia de fonte primária a energia renovável (UPACs) nos prédios propriedade deste Município, nos termos previstos no n.º 1, alínea c) da cláusula 3.ª do Contrato-Programa, e alínea a) da cláusula 6.º da Escritura de Constituição do Direito de Superfície, bem como usar as mesmas, nos termos e condições que vier a contratar, desde que a utilização dos referidos prédios continue a ser efetuada nos termos e para os fins previstos nos contratos celebrados em 9 de novembro de 2004 (contrato programa) e 6 de setembro de 2019 (constituição do direito de superfície), que igualmente se anexam.

Mais se refere que a presente autorização é condicionada ao período de vigência dos contratos referidos nos considerandos B) e D) da declaração, e demais condições ali fixadas, caducando automaticamente, sem necessidade de qualquer comunicação prévia para o efeito.

## PROPOSTA PARA REUNIÃO DE EXECUTIVO MUNICIPAL

**N.º Informação:** 62177

**Data:** 19/06/2024

**Assunto:** Pedido de autorização efetuado pelo Sporting Clube de Braga-Futebol SAD para a instalação de unidades de produção para autoconsumo de energia de fonte primária a energia renovável (UPACs ) nos prédios propriedade deste município

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal:	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despacho
<b>O Presidente</b>
<b>O(a) Vice-Presidente</b> , à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

**PROPOSTA:** Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, para aprovação, minuta de declaração de autorização na sequência do pedido efetuado pelo Sporting Clube de Braga-Futebol SAD para a instalação de unidades de produção para autoconsumo de energia de fonte primária a energia renovável (UPACs ) nos prédios propriedade deste município, nos termos previstos no n.º 1, alínea c) da cláusula 3.ª do Contrato-Programa, e alínea a) da cláusula 6.º da Escritura de Constituição do Direito de Superfície.

No seguimento do pedido de autorização efetuado pelo Sporting Clube de Braga-Futebol SAD, NIPC 505205498, e após validação dos serviços jurídicos, submete-se à aprovação do executivo municipal, a minuta da declaração de autorização, que se anexa, e pela qual se concede autorização aquela sociedade, para que instale as UPACs (unidades

para autoconsumo) e equipamentos associados, nos prédios de que é proprietário este município, devidamente descritos nos considerandos A) e C) alínea i) da minuta de Declaração em anexo, bem como usar as mesmas, nos termos e condições que vier a contratar, desde que a utilização dos referidos prédios continue a ser efetuada nos termos e para os fins previstos nos contratos celebrados em 9 de novembro de 2004 (contrato programa) e 6 de setembro de 2019 (constituição do direito de superfície), que igualmente se anexam.

Mais se refere que a presente autorização é condicionada ao período de vigência dos contratos referidos nos considerandos B) e D) da declaração, e demais condições ali fixadas, caducando automaticamente, sem necessidade de qualquer comunicação prévia para o efeito.

**O Presidente da Câmara Municipal de Braga**

**Anexos:**

- 1. Declaração de autorização**
- 2. Anexo I à declaração** - Contrato programa para a cedência de utilização e dinamização de infraestruturas desportivas e melhoramento das condições gerais da prática de desporto de 9 de novembro de 2004
- 3. Anexo II à declaração** - Escritura de constituição de direito de superfície de 6 de setembro de 2019
- 4. Anexo III à declaração** - Escritura de transmissão de direito de superfície de 6 de setembro de 2019

## Declaração de Autorização do Município de Braga

**Município de Braga**, pessoa coletiva de direito público, com o número fiscal 506901173 com sede na Praça do Município, em Braga, na qualidade de declarante, e:

### Considerando que:

- A) O Município de Braga é proprietário do **Novo Estádio Municipal de Braga**, sito no Parque Norte- Monte Castro, União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe descrito na 2.<sup>a</sup> Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 1605/Dume e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 2149 da União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe do concelho de Braga;
- B) Sobre o imóvel descrito em A) supra foi celebrado em 9 de novembro de 2004 entre o Município de Braga e o Sporting Clube de Braga pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública com número fiscal 501346791 o **contrato programa** para a cedência de utilização e dinamização de infraestruturas desportivas e melhoramento das condições gerais da prática de desporto, que aqui se junta como anexo I, o qual faz parte integrante do presente documento; **(Cfr Anexo I)**
- C) O Município de Braga é proprietário dos seguintes prédios: **i) prédio urbano** sito na Av.<sup>a</sup> do Estádio, freguesia de Dume, concelho de Braga, descrito na 2.<sup>a</sup> Conservatória do Registo Predial de Braga sob o número **2018** e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 3483 da União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe e **ii) prédio urbano** sito Av.<sup>a</sup> do Estádio, freguesia de Dume, concelho de Braga, descrito na 2.<sup>a</sup> Conservatória do Registo Predial de Braga sob o número **2082** e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 3726 da União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe;
- D) Sob os prédios identificados no considerando C) supra foi celebrado o **contrato de constituição de direito de superfície** em **6 de setembro de 2019** entre o Município de Braga, e o Sporting Clube de Braga pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública com número fiscal 501346791 – **conforme escritura de constituição de direito de superfície que aqui se junta como anexo II o qual faz parte integrante do presente; (Cfr Anexo II)**
- E) No âmbito do contrato referido em D) supra o Sporting Clube de Braga obrigou-se a construir um pavilhão multiusos constituído, designadamente, por ginásio, balneários e vestiários de apoio, bem como, a construção de zona residencial, área de refeitório, sala de estar, tudo a suas expensas; **Cfr Anexo II**
- F) Findo o contrato referido em D) supra, reverterão para o Município de Braga, a propriedade superficiária, as construções e benfeitorias realizadas, sem direito do Sporting Clube de Braga ou entidades terceiras a receber qualquer indemnização;

- G) As autorizações exigidas, no âmbito dos contratos referidos em B) e D) supra por parte do Município, nomeadamente, para efeitos de negociação, exploração dos direitos económicos ligados aos prédios objeto do contrato de constituição de direito de superfície e execução de obra ou quaisquer outras benfeitorias nas instalações cedidas no âmbito do contrato programa.
- H) O Sporting Clube de Braga NIPC 501346791 em 6 de setembro de 2019 mediante escritura pública cedeu e transmitiu a favor do Sporting Clube de Braga- Futebol SAD, NIPC 505205498 os direitos que lhe foram conferidos com a outorga dos contratos supra identificados em B) e D) supra, conforme escritura que aqui se junta como anexo III o qual faz parte integrante do presente documento; **(Cfr Anexo III)**
- I) O Sporting Clube de Braga-Futebol SAD NIPC 505205498 solicitou ao Município de Braga autorização para colocação de várias UPACs (unidades para autoconsumo) *vulgo* painéis solares e equipamentos associados, nos prédios identificados em A) e C) supra, por parte da empresa Greenvolt Comunidades II SA a qual contratará para o efeito.

**No seguimento do pedido de autorização efetuado pelo Sporting Clube de Braga-Futebol SAD NIPC 505205498 e após aprovação em reunião de Câmara o Município de Braga, declara o seguinte:**

1. Autoriza o Sporting Clube de Braga-Futebol SAD NIPC 505205498 a instalar as UPACs (unidades para autoconsumo) e equipamentos associados, através da empresa Greenvolt Comunidades II, S.A., nos prédios de que é proprietário e já descritos nos considerandos A) e C) alínea i) supra, bem como usar, as mesmas, nos termos e condições que vier a contratar, desde que a utilização dos referidos prédios continue a ser efetuada nos termos e para os fins previstos nos contratos celebrados em 9 de novembro de 2004 (contrato programa) e 6 de setembro de 2019 (constituição do direito de superfície).
2. A presente autorização é condicionada ao período de vigência dos contratos referidos nos considerandos B) e D) supra, caducando **automaticamente**, sem necessidade de qualquer comunicação prévia para o efeito.
3. Finda a autorização deve o Sporting Clube de Braga-Futebol SAD NIPC 505205498 diligenciar pela imediata remoção de todas as UPACs e/ou equipamentos associados instalados, pela Greenvolt Comunidades II, S.A , nos prédios propriedade do Município, sem quaisquer custos para este, uma vez que os mesmos não constituem benfeitorias, obras e/ou construções nos termos convencionados entre o Sporting

Clube de Braga e o Município nos contratos de 9 de novembro de 2004 (contrato programa) e de 6 de setembro de 2019 (constituição do direito de superfície), não revertendo e/ou integrando, por essa razão, a propriedade do Município.

4. Compete ao Sporting Clube de Braga-Futebol SAD NIPC 505205498 dar conhecimento dos termos e condições da presente autorização à empresa Greenvolt Comunidades II SA.
5. Finda a vigência dos contratos referidos nos considerandos B) e D) supra deve o Sporting Clube de Braga-Futebol SAD NIPC 505205498 proceder à entrega imediata, ao Município, dos prédios com todas as suas partes integrantes (estruturas, construções, benfeitorias etc.) em normal estado de conservação, livres de pessoas e de quaisquer ónus ou encargos.
6. O Município de Braga é totalmente alheio aos contratos celebrados entre o Sporting Clube de Braga-Futebol SAD NIPC 505205498 e a Greenvolt Comunidades II, S.A e/ou terceiros, não tendo qualquer intervenção na sua negociação e/ou celebração, pelos que, tais contratos não produzem quaisquer efeitos em relação ao Município, não o vinculando seja a que título for.

**Anexos:**

**Anexo I** - Contrato programa para a cedência de utilização e dinamização de infraestruturas desportivas e melhoramento das condições gerais da prática de desporto de 9 de novembro de 2004

**Anexo II** - Escritura de constituição de direito de superfície de 6 de setembro de 2019

**Anexo III** - Escritura de transmissão de direito de superfície de 6 de setembro de 2019

**Autorização aprovada em reunião de Câmara Municipal de Braga em \_\_2024**

Braga, [...] de junho de 2024

**O Presidente da Câmara Municipal de Braga**

---

alterações seguintes.

Contrato-programa para a cedência de utilização e dinamização de infra-estruturas desportivas e melhoramento das condições gerais da prática do desporto

(nos termos do Decreto-Lei 432/91, de 6.11)

O contrato contempla os aditamentos n.ºs 1, 2 e 3, a que dizem respeito, respectivamente, as reuniões da Câmara municipal de Braga de 2004/06/09, 2004/07/08 e 2004/11/04

### Preâmbulo

Considerando que o Novo Estádio Municipal de Braga é a mais importante e moderna infra-estrutura desportiva do concelho de Braga, estando principalmente vocacionada para a prática do futebol de alta competição;

Considerando que a dinamização, rentabilização e correcta gestão do Novo Estádio Municipal passa, entre outras actividades, pela organização de espectáculos de futebol de alta competição, designadamente jogos da 1ª Liga Profissional, da Taça de Portugal e de carácter internacional;

Considerando que o Sporting Clube de Braga é a colectividade desportiva que, na modalidade de futebol, tem maior currículo e representatividade no concelho, sendo a única que participa, com regularidade, em jogos de alta competição;

Considerando que a actual dimensão social do futebol transforma os clubes em verdadeiros pólos de aglutinação dos valores da comunidade que representam;

Considerando o papel fundamental que o Sporting Clube de Braga tem tido na área da formação de jovens e no fomento da actividade desportiva;

Considerando que o Município de Braga e o Sporting Clube de Braga tem já uma longa tradição de colaboração na gestão de instalações desportivas, designadamente no caso do Estádio 1ª de Maio, que tem vindo a ser gerido pelo clube bracarense, sob determinadas regras e condições impostas pelo Município;



Considerando, ainda, que a entrega ao Sporting Clube de Braga de parte da gestão corrente do Novo Estádio Municipal, designadamente no âmbito da organização de espectáculos desportivos, é a melhor forma de rentabilizar e dinamizar esta infra-estrutura, bem como de projectá-la na comunidade bracarense;

é celebrado o presente contrato-programa, o qual há-de reger-se pelas cláusulas seguintes, bem como pelo Decreto-Lei n.º 432/91, de 6.11

Outorgantes:

1. **Município de Braga**, pessoa colectiva de direito público, com o número fiscal 506901173 e com sede na Praça do Município, em Braga, neste acto representado pelo seu Presidente, Francisco Soares Mesquita Machado, adiante designado por *Primeiro Outorgante*;

2. **Sporting Clube de Braga**, pessoa colectiva de direito privado e de utilidade pública, com o número fiscal 501346791 e sede no Estádio 1º de Maio, em Braga, neste acto representado pelo seu Presidente da Direcção, António Salvador da Costa Rodrigues, adiante designado por **Segundo Outorgante**

## Capítulo I

(Objecto)

### Cláusula Primeira

(Condições gerais)

1. O Município de Braga, proprietário do Novo Estádio Municipal de Braga, cede as respectivas instalações desta infra-estrutura desportiva ao Sporting Clube de Braga, nos termos e nas condições definidas no presente contrato-programa.



2. Carece de autorização prévia do Município de Braga toda a utilização do Novo Estádio Municipal fora do âmbito do presente contrato-programa, isto é, sempre que esteja em causa a utilização das instalações por um terceiro.

3. Sempre que o Município necessite de utilizar o Novo Estádio Municipal para a organização de qualquer evento, deverá comunicar o facto ao Sporting Clube de Braga, com, pelo menos, 15 dias de antecedência.

4. Caberá à entidade organizadora do espectáculo a responsabilidade pelos danos materiais que, no decurso desse mesmo espectáculo, vierem a ser provocados no Estádio.

## **Capítulo II**

*(Direitos e deveres dos outorgantes)*

### **Cláusula Segunda**

*(Direitos do S. C. Braga)*

1. O direito de utilização previsto na Cláusula Primeira abrange, designadamente:

a) - o direito de explorar comercialmente os espaços do Novo Estádio Municipal, com excepção daqueles que, nos termos deste contrato-programa, ficam reservados ao Município;

b) - o direito de ocupar, a título gratuito, uma área no interior da infra-estrutura para instalação da sede social do clube;

c) - o direito de utilizar o relvado para jogos e treinos em que o clube seja interveniente ou organizador;

2. A exploração comercial dos lugares do Novo Estádio apenas se verifica em relação aos jogos em que o S. C. Braga seja o organizador do jogo ou participante no mesmo.

3. O Clube poderá ceder, total ou parcialmente, ao Sporting Clube de Braga – Futebol SAD os direitos que lhe são conferidos pelo presente contrato, devendo a Câmara Municipal de Braga emitir parecer vinculativo.

### Cláusula Terceira

*(Deveres do S. C. Braga)*

1. Constituem deveres do Sporting Clube de Braga:

a) - assegurar o normal e eficaz funcionamento de toda a logística de apoio à organização dos eventos e jogos organizados pelo clube e em que este participe, ou sejam da sua iniciativa, bem como apoiar os que sejam da iniciativa do Município.

b) - suportar os encargos financeiros decorrentes da gestão corrente da infra-estrutura, designadamente água, electricidade, gás e outras.

c) - solicitar autorização ao Município para a execução de qualquer tipo de obra nas instalações cuja utilização é cedida, bem como para a localização dos espaços publicitários, quer no interior, quer no exterior do Novo Estádio Municipal.

2. As obras ou quaisquer outras benfeitorias realizadas na infra-estrutura pelo S. C. Braga integram-se automaticamente na mesma, ficando propriedade do Município, não sendo devida qualquer compensação ou indemnização ao clube pela sua execução

### Cláusula Terceira – A<sup>1</sup>

*(Preço da exploração)*

<sup>1</sup> Texto introduzido na reunião do Executivo Municipal de 2004/11/04.

A fundamentação da deliberação foi a seguinte:

- Considerando que o custo suportado pelo Município de Braga na construção do Novo Estádio Municipal transforma esta infra-estrutura desportiva num verdadeiro bem de investimento financeiro, susceptível de gerar receita;

- Considerando, por outro lado, que nos termos do presente contrato-programa, compete ao S. C. de Braga assegurar o pagamento dos encargos financeiros correntes da gestão do estádio, tais como água, electricidade, gás e outros, sendo que tais encargos assumem um valor mensal considerável;

- Considerando, por último, que através deste contrato-programa se opera, entre outras coisas, uma cessão da exploração do Estádio ao S. C. de Braga, infra-estrutura totalmente equipada para o desenvolvimento da actividade do clube no âmbito da organização de espectáculos desportivos,

as partes outorgantes decidem, por mútuo acordo, introduzir uma nova cláusula no contrato-programa em vigor, com o seguinte teor:



1. Pela utilização e exploração do Novo Estádio Municipal, o Sporting Clube de Braga deverá pagar ao Município de Braga uma renda pecuniária anual no montante de 60000 (SEIS MIL EUROS), valor sobre o qual acresce o IVA à taxa que vigorar à data do respectivo pagamento.

2. A renda deverá ser paga até ao dia 31 de Janeiro do ano a que respeitar, na Tesouraria da Câmara Municipal de Braga.

3. A renda será actualizada anualmente com uma percentagem igual à taxa oficial de inflação.

#### **Cláusula Quarta**

*(Direitos do Município)*

Constituem direitos do Município de Braga:

a) - utilizar o Novo Estádio Municipal de Braga para a organização de eventos desportivos, culturais ou lúdicos, desde que comunique o facto nos termos do número três da cláusula primeira, devendo articular tal utilização com o clube bracarense, sempre que a mesma possa conflitar com compromissos assumidos por este no âmbito da sua participação em competições desportivas;

b) - gerir a designada “tribuna principal” em todos os eventos organizados pelo Sporting Clube de Braga ou em que este participe, que fica, assim, reservada para o Município, podendo, no entanto, e sob a autorização do Município, serem disponibilizados alguns lugares para os Corpos Sociais do Sporting Clube de Braga e entidades convidadas.

c) - utilizar 15 lugares, devidamente marcados, no parque de estacionamento subterrâneo em todos os eventos organizados pelo S.C Braga ou em que este participe.

d) - utilizar um espaço com dimensões suficientes, escolhido pelo Município, para assegurar a guarda de material e a colocação do pessoal necessário para a gestão técnica do Estádio.

---

## Cláusula Quinta

### *(Deveres do Município)*

Constituem deveres do Município de Braga :

- a)- assegurar a manutenção e conservação geral do Novo Estádio Municipal e espaços exteriores;
- b)- assegurar o tratamento do relvado;
- c)- assegurar a limpeza das bancadas e dos espaços de circulação;
- d)- assegurar a limpeza e tratamento dos espaços exteriores;
- e)- assegurar a gestão técnica do Novo Estádio Municipal de Braga;
- f)- emitir parecer do vínculo nos termos do nº3 da Cláusula 2ª
- g)- assumir os custos da utilização do estádio em eventos organizados pelo Município.

### *Cláusula Quinta-A<sup>2</sup>*

*(Deveres especiais do Município de Braga tendo em atenção a organização dos jogos do Euro 2004)*

1. O Município de Braga compromete-se a entregar ao Sporting Clube de Braga uma comparticipação financeira no montante de 480.000 € para fazer face aos custos decorrentes da organização dos jogos do Euro 2004 no Novo Estádio de Braga;

---

<sup>2</sup> Texto introduzido nas reuniões do Executivo Municipal de 2004/06/09 e de 2004/07/08, cuja fundamentação foi a seguinte:

- Considerando que nos termos do contrato-programa *supra* referenciado, foram cedidas, nos termos e condições aí definidas, as instalações do Novo Estádio Municipal de Braga ao Sporting Clube de Braga;

- Considerando que, nos termos do designado "Contrato de Estádio", celebrado entre o Município de Braga e a sociedade Euro 2004, SA, o novo Estádio Municipal de Braga será palco de dois jogos do Campeonato da Europa de 2004;

- Considerando que é o S. C. de Braga que tem assumido e irá ainda assumir os custos com a manutenção do Novo Estádio, designadamente os que irão ocorrer por ocasião da organização dos referidos jogos do Campeonato da Europa, tais como os encargos decorrentes da água, luz, manutenção de elevadores, pagamento de stewards/assistentes, contratos de seguro, e outras despesas necessários;

- Considerando que, nos termos do citado "Contrato de Estádio", o Município de Braga tem direito a receber da sociedade Euro 2004 determinados montantes pecuniários pela utilização do Novo estádio, os quais estão discriminados da seguinte forma:

- 480.000€ de montante fixo;

- bônus de percentagem variável, em função do cumprimento de determinados parâmetros, que poderão atingir um total de 632.000 € (100%), as partes outorgantes decidem, por mútuo acordo, alterar o contrato-programa em vigor, no sentido de introduzir uma nova cláusula, com o seguinte teor:



2. Competirá ao S. C. de Braga assumir todos os encargos financeiros envolvidos na organização dos referidos jogos e que se relacionem directamente com a utilização do Novo Estádio Municipal de Braga, bem como a activação do funcionamento e controlo técnico da referida infra-estrutura desportiva.

3. O S. C. de Braga compromete-se a entregar, no prazo de quatro meses após a realização do segundo jogo, entre a Holanda e a Letónia, os comprovativos das despesas realizadas (títulos contabilísticos de despesa).

4. O Município de Braga entregará, desde já, um adiantamento de 75% do valor total, sendo os restantes 25% entregues após o recebimento, pelo Município, dos respectivos comprovativos contabilísticos das despesas.

5. Havendo diferença de valores entre o montante entregue pelo Município e os comprovativos entregues pelo S. C. de Braga, o S. C. de Braga devolverá o excedente ou, não o devolvendo, será retirado tal valor do próximo Contrato-Programa anual a outorgar entre as duas partes.

### Capítulo III

#### *(Disposições finais)*

#### Cláusula Sexta

##### *(Acompanhamento e execução do contrato-programa)*

1. Compete ao Município de Braga fiscalizar a correcta execução do presente contrato-programa, podendo, sempre que o entender, levar a efeito inspecções, inquéritos ou sindicâncias.

2. Anualmente, o Sporting Clube de Braga deverá enviar ao Município de Braga um relatório detalhado sobre a gestão e utilização do Novo estádio Municipal, com referências ao número de eventos aí realizados, número de espectadores, utilização comercial dos lugares,

número de espaços publicitários explorados, condições gerais e especiais das instalações e outros elementos que se afigurem importantes.

#### **Cláusula Sétima**

*(Revisão do contrato-programa)*

O clausulado no presente contrato-programa poderá ser revisto, obrigatoriamente, de 5 em 5 anos, sem prejuízo do previsto no artigo 15º do DL n.º 432/91, de 6.11.

#### **Cláusula Oitava**

*(Incumprimento do contrato-programa)*

1. Havendo incumprimento dos termos estipulados neste contrato-programa, serão aplicadas as regras previstas no artigo 17º do DL n.º 432/91, de 6.11.

2. O incumprimento sistemático ou continuado, por parte do S. C. Braga, dos seus deveres contratuais, previstos na cláusula terceira, confere ao Município de Braga o direito de resolver unilateralmente o presente contrato-programa.

#### **Cláusula Nona**

*(Contencioso)*

Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa serão submetidos a arbitragem, nos termos do artº 18º do DL n.º 432/91, de 6.11.

#### **Cláusula Décima**

*(Prazo e início da vigência)*

1. O presente contrato-programa tem uma duração de 30 anos, contados a partir da data da respectiva outorga, podendo ser renovado por igual período, havendo acordo entre os outorgantes.

2. O início de execução deste contrato-programa coincide com a data da respectiva outorga, ficando, com esta, ratificados todos os actos já praticados pelo clube que caibam no respectivo âmbito de aplicação.

Braga, aos nove dias de Novembro de 2004

Pelo Município de Braga:

Braga:

Pelo  de



Reunião de 2004/11/04

**ADITAMENTO Nº. 3 AO CONTRATO-PROGRAMA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E O SPORTING CLUBE DE BRAGA RESPEITANTE À CEDÊNCIA DO NOVO ESTÁDIO MUNICIPAL DE BRAGA:**

---

Submete-se à consideração do Executivo o aditamento nº. 3, ao contrato-programa celebrado entre o Município de Braga e o Sporting Clube de Braga respeitante à cedência do Novo Estádio Municipal de Braga, aditamento esse que tem em vista a introdução de uma nova cláusula, com o seguinte teor:

**Cláusula Terceira - A**

**(Preço da exploração)**

1. Pela utilização e exploração do Novo Estádio Municipal, o Sporting Clube de Braga deverá pagar ao Município de Braga uma renda pecuniária anual no montante de 6.000 euros, valor sobre o qual acresce o IVA à taxa que vigorar à data do respectivo pagamento.
2. A renda deverá ser paga até ao dia 31 de Janeiro do ano a que respeitar, na Tesouraria da Câmara Municipal de Braga.
3. A renda será actualizada anualmente com uma percentagem igual à taxa oficial de inflação.

Aditamento n.º 3 ao contrato-programa celebrado entre o Município de Braga e o Sporting Clube de Braga respeitante à cedência do Novo Estádio Municipal de Braga, a que se refere a aprovação do Executivo Municipal na sua reunião de 2003.11.06.

- Considerando que o custo suportado pelo Município de Braga na construção do Novo Estádio Municipal transforma esta infra-estrutura desportiva num verdadeiro bem de investimento financeiro, susceptível de gerar receita;

- Considerando, por outro lado, que nos termos do presente contrato-programa, compete ao S. C. de Braga assegurar o pagamento dos encargos financeiros correntes da gestão do estádio, tais como água, electricidade, gás e outros, sendo que tais encargos assumem um valor mensal considerável;

- Considerando, por último, que através deste contrato-programa se opera, entre outras coisas, uma cessão da exploração do Estádio ao S. C. de Braga, infra-estrutura totalmente equipada para o desenvolvimento da actividade do clube no âmbito da organização de espectáculos desportivos,

as partes outorgantes decidem, por mútuo acordo, introduzir uma nova cláusula no contrato-programa em vigor, com o seguinte teor:

#### Cláusula Terceira – A

##### (Preço da exploração)

1. Pela utilização e exploração do Novo Estádio Municipal, o Sporting Clube de Braga deverá pagar ao Município de Braga uma renda pecuniária anual no montante de

6000€ (SEIS MIL EUROS), valor sobre o qual acresce o IVA à taxa que vigorar à data do respectivo pagamento.

2. A renda deverá ser paga até ao dia 31 de Janeiro do ano a que respeitar, na Tesouraria da Câmara Municipal de Braga.
3. A renda será actualizada anualmente com uma percentagem igual à taxa oficial de inflação.

Braga, aos 4 de Novembro de 2004.

Pelo Município de Braga

Pelo Sporting Clube de Braga

---

---

Reunião de 2004/06/09

ADITAMENTO Nº. 1 AO CONTRATO-PROGRAMA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E O SPORTING CLUBE DE BRAGA RESPEITANTE À CEDÊNCIA DO NOVO ESTÁDIO MUNICIPAL DE BRAGA:

---

Do Sr. Vereador da Área do Desporto, submetendo à consideração do Executivo o aditamento nº. 1 ao contrato-programa celebrado entre o Município de Braga e o Sporting Clube de Braga respeitante à cedência do Novo Estádio Municipal de Braga, a que se refere a aprovação do Executivo Municipal na sua reunião de 6/11/2003, aditamento esse que tem em vista a organização naquela infra-estrutura dos jogos do Euro 2004 (artº. 3º, nº. 1, alínea b) do D.L. nº. 432/91.

*Deliberado aprovar  
(assistência do PSD/PP e voto  
contrário da CDU)*

*DPA*



040531

Decisão do Conselho Municipal de Braga, a que se refere a

- 480.00€ de montante fixo;

- bônus de percentagem variável, em função do cumprimento de determinados parâmetros, que poderão atingir um total de 632.000 € (100%),

as partes outorgantes decidem, por mútuo acordo, alterar o contrato-programa em vigor, no sentido de introduzir uma nova cláusula, com o seguinte teor:

#### *Cláusula Quinta-A*

*Deveres especiais do Município de Braga tendo em atenção a organização dos jogos do Euro 2004*

1. O Município de Braga compromete-se a entregar ao Sporting Clube de Braga uma comparticipação financeira no montante de 480.000€ para fazer face aos custos decorrentes da organização dos jogos do Euro 2004 no Novo Estádio de Braga;
2. Competirá ao S. C. de Braga assumir todos os encargos financeiros envolvidos na organização dos referidos jogos e que se relacionem directamente com a utilização do Novo Estádio Municipal de Braga, bem como a activação do funcionamento e controlo técnico da referida infra-estrutura desportiva.



Reunião de 2003/11/06

CONTRATO-PROGRAMA PARA A CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO E  
DINAMIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DESPORTIVAS E  
MELHORAMENTO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PRÁTICA DO DESPORTO  
- SPORTING CLUBE DE BRAGA:

---

Do Sr. Vereador da Área do Desporto propondo novamente e após reformulação negociada, a aprovação, nos termos do Decreto-Lei 432/91, de 6 de Novembro, do contrato-programa a celebrar entre o Município de Braga e o Sporting Clube de Braga que tem por objecto a cedência da utilização das instalações do Novo Estádio Municipal de Braga ao segundo Outorgante, como forma de melhor rentabilizar e dinamizar aquela infra-estrutura desportiva, nas condições previstas no respectivo contrato-programa.

*Deliberação aprovar  
Deliberação ainda dar poderes ao Presidente  
para aturar os verbais, o qual só produzirá  
efeito a partir de seu arquivamento.*

- 1. Para assinar o contrato-programa  
e remeter ao S.C. Braga (depois de cumprido o art. 1.º 2.º).*
- 2. Colocar esta deliberação e do mesmo  
contrato-programa para a D.P.A.*



**CONSTITUIÇÃO  
DE DIREITO DE SUPERFÍCIE**

\_\_\_\_\_ No dia seis de Setembro do ano de dois mil e dezanove, perante mim, Licenciada **Maria Margarida Gomes Dias Azenha**, Notária do Cartório sito na Rua do Raio, n.º 205, 2.º piso, Edifício Visconde do Raio, da cidade de Braga, compareceram como outorgantes: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ PRIMEIRO – *Dra. Maria do Sameiro de Macedo Araújo*, solteira, maior, natural da freguesia de Prado, concelho de Vila Verde, com domicílio profissional nos Paços do Concelho, em Braga, portadora do Cartão de Cidadão n.º 03574792 7ZY4, válido até 28/03/2028, que outorga em representação do **Município de Braga**, NIPC 506901173, na sua qualidade de Vice-Presidente, para executar o deliberado na reunião da assembleia municipal de três de Maio do corrente ano, qualidade que verifiquei por fotocópia do despacho do Presidente de vinte e três do mês findo, que arquivo; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Delegação de poderes feita pela Câmara Municipal no presidente, ao abrigo do artigo 34º da lei 75/2013, de 12 de Setembro, consta de fotocópia expedida pela mesma autarquia da respetiva delegação, que instruiu a escritura exarada a folhas 99 do livro de notas 320 – B do cartório. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Arquivo ainda uma certidão expedida pelo Município de Braga de um extrato da deliberação da assembleia municipal de três de Maio deste ano, que aprovou a proposta do executivo municipal para a constituição do presente direito de superfície. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ SEGUNDO: *António Salvador da Costa Rodrigues*, casado, natural da freguesia de Espinho, deste concelho, residente na Estrada de Dadim, nº 25, freguesia de Nogueiró, também deste concelho, portador do CC 09582409 0 ZY1, válido até 07.01.2020 e Dr. Hernâni Castanhas Rodrigues Portovedo, casado, natural da freguesia de Tamengos, concelho de Anadia, residente na Rua da Cachada, nº 14, União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, deste concelho, portador do CC 07394830 6 ZX1, válido até 17.11.2028, que outorgam em representação do **SPORTING CLUBE DE BRAGA**, pessoa colectiva de utilidade pública com o NIF 501.346.791, reconhecida como tal, nos termos do Decreto-Lei número quatrocentos e sessenta barra setenta e sete, publicado no "Diário da República", II série, número duzentos e noventa, de onze de Setembro de mil novecentos e oitenta e um, com sede no Parque Norte, lugar de Monte Castro, União das freguesias de Real, Dume e Semelhe, concelho de Braga, na sua qualidade de presidente e vice-presidente, em exercício, para formalizar o deliberado na reunião da direcção de vinte e cinco de Maio do ano corrente, conforme consta da acta respectiva, de que arquivo pública-forma e que à mesma direcção advêm do artº 65º, nºs 11 e 12º dos estatutos, conforme verifiquei pela escritura de reformulação dos mesmos exarada a folhas 113 e seguintes do livro de notas nº 288B deste cartório. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Verifiquei ainda encontrar-se o Sporting Clube de Braga registado como pessoa colectiva de utilidade pública por consulta à certidão permanente através do código de acesso 6636-7128-0100. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Verifiquei a identidade dos outorgantes por conhecimento pessoal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *E PELA PRIMEIRA OUTORGANTE, FOI DITO:* \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ CLÁUSULA PRIMEIRA \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) Que pela presente escritura e em representação da **Município de Braga**, constitui, pelo preço de **quatrocentos mil euros**, a favor do Sporting Clube de Braga, representada dos segundos, um direito de superfície sobre duas parcelas de terreno sitas na **freguesia de Dume**, concelho de Braga, identificadas em planta anexa à presente escritura, onde se encontram assinaladas a cor amarela, as parcelas adiante descritas, que são: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) Parcela de terreno atualmente com a área de catorze mil trezentos e cinquenta metros quadrados, sita na Avenida do Estádio, ex-lugar de Serrão ou Remelhe, designada por parcela cinco, inscrita na matriz sob o **artigo 3483 da União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe**, descrita na Conservatória sob o número **dois mil e dezoito**, registada a favor do Município pela apresentação sessenta e dois, de vinte e seis de Setembro de dois mil e um. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) Parcela de terreno com a área de catorze mil seiscentos e cinquenta metros quadrados, sita na Avenida do Estádio, ex-lugar de Serrão ou Remelhe, inscrita na matriz sob o artigo **P 3726 da União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe**, descrita na Conservatória sob o número **dois mil e oitenta e dois**, registada a favor do Município de Braga pelas apresentações sessenta e dois, de vinte e seis de Setembro de dois mil e um, e três mil cento e setenta e



três, de vinte e nove de Maio de dois mil e nove, esta registada no sistema em sete do mês findo, prédio este resultante da anexação do novecentos e vinte e um e parte desanexada do mil setecentos e quarenta e oito. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) Que na parcela de terreno identificada na alínea a), o Clube obriga-se, no prazo de três anos, à construção de um pavilhão multiusos, a contar do início da mesma, designadamente constituído por ginásio, balneários e vestiários de apoio, bem como a construção zona residencial, área de refeitório, sala de estar e de lazer, tudo a exclusivas expensas do Sporting Clube de Braga. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ d) Na parcela de terreno identificada na alínea b) serão construídos dois campos de treino, necessários à optimização da utilização do projecto da Cidade Desportiva na sua globalidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e) O Município poderá utilizar, gratuitamente, esta nova infra-estrutura, duas vezes por ano para actividades próprias e em datas a acordar e que não colidam com as actividades do clube. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ f) O Clube obriga-se, também, a criar um circuito de manutenção na envolvente dos campos de futebol, que permita a realização de actividade física, de acesso público e livre. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ g) O prazo deste direito de superfície é de setenta e cinco anos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ h) Findo o contrato, reverterão para o Município de Braga, a propriedade superficiária, as construções e benfeitorias

realizadas, sem direito do Clube ou entidades terceiras a receber qualquer indemnização. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ CLÁUSULA SEGUNDA \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) Qualquer construção edificada ao abrigo do presente contrato que não vise o fim previsto, reverte para o Município de Braga por força do presente contrato e da lei. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) As parcelas de terreno sobre as quais incide o direito de superfície não podem ser utilizadas pelo Clube para outros fins que não os previstos na cláusula primeira, sob pena de resolução imediata do presente contrato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) Os protocolos que eventualmente se vierem a estabelecer, seja por iniciativa do Município, seja por interesse do Clube ou de terceiros, devem igualmente respeitar as finalidades da cláusula primeira. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ CLÁUSULA TERCEIRA \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Município deverá, nos termos legais, proporcionar o direito de superfície ora estabelecido ao Clube, sem prejuízo do disposto na alínea e) da cláusula primeira e sem que se exclua a possibilidade de, por mútuo acordo, se avaliar a realização de eventuais protocolos com entidades terceiras para a utilização das instalações. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ CLÁUSULA QUARTA \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) O clube poderá efectuar todas as obras e benfeitorias que se demonstrem necessárias à concretização das finalidades previstas na cláusula primeira e objeto do presente contrato, sem

necessidade de obter autorização prévia do Município e sem prejuízo do integral cumprimento das obrigações legais que se apliquem à realização dessas obras e benfeitorias. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) O Município, atenta a importância do projecto para o concelho, isentará o Clube, no enquadramento permitido pela lei e regulamentos municipais, do pagamento de taxas e outros encargos relacionados com as construções objecto do presente contrato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) O Clube deve fazer uso prudente de todos os elementos objecto do presente contrato, ficando a seu cargo todas as obras de construção e manutenção do bom estado de funcionamento das instalações, da rede de distribuição de água, electricidade e esgotos ou saneamento que eventualmente os sirvam, bem como os respectivos encargos derivados do consumo enquanto perdurar este contrato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ d) O Município gozará sempre do direito de preferência na alienação do referido direito, enquanto proprietário do solo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e) Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, o Município de Braga autoriza desde já o Clube a ceder, nos termos legais, total ou parcialmente, o direito de superfície objecto do presente contrato à Sporting Clube de Braga – Futebol SAD, NIPC 504205498, devendo tal cedência ser comunicada ao Município, sendo caso disso. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ CLÁUSULA QUINTA \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Clube obriga-se, sob pena de indemnização, a conservar em bom estado as construções objeto do presente contrato. \_\_\_\_\_



CLÁUSULA SEXTA

a) O Clube não poderá negociar quaisquer direitos económicos ligados aos prédios ou às construções objecto do presente contrato, sem prévia autorização do Município.

b) Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, o Município de Braga, autoriza o superficiário a onerar o direito de superfície e a construção a edificar única e exclusivamente para garantia de eventual crédito conexo com o financiamento da construção da “Cidade Desportiva”.

CLÁUSULA SÉTIMA

a) O Clube e o Município, no pleno respeito pela lei e pelos regulamentos aplicáveis, desenvolverão esforços conjuntos para, sempre que admissível e por interesse público relevante, concorrerem a fundos comunitários aplicáveis a obras de beneficiação objecto do presente contrato.

b) Quaisquer obras ou benfeitorias efectuadas com recurso a fundos comunitários não podem ser posteriormente alteradas, quando tal alteração seja legal ou regularmente admissível, sem o acordo prévio do Município.

c) Para efeitos de candidaturas a fundos comunitários, e sempre que tal se verifique necessário, podem as representadas dos outorgantes utilizar todos e quaisquer instrumentos e figuras jurídicas, para acautelar o interesse das partes, como sejam autorizações necessárias para, em circunstância específicas, ser o Clube ou o Município o requerente daquelas candidaturas.



CLÁUSULA OITAVA

É condição de resolução do presente contrato o facto de:

a) O Clube não concluir a obra no prazo previsto de três anos após o início da mesma.

b) O Clube utilizar ou facultar a utilização do terreno cedido ou das infra-estruturas neles criadas para actividade diversa da convencionada ou autorizada neste contrato.

CLÁUSULA NONA

Em tudo quanto se encontre omissa aplicar-se-á a lei geral.

*PELOS SEGUNDOS OUTORGANTES FOI DITO:*

Que aceitam para o Sporting Clube de Braga que representam este contrato, nos termos exarados.

Mais disseram os outorgantes que o preço foi pago em euros, nesta data, através do cheque do Banco Montepio Geral, com o número cinco nove nove seis sete três seis sete três sete.

**ASSIM O DISSERAM E OUTORGARAM.**

*Arquivo:*

Declaração para liquidação do IMT e do Imposto de Selo, apresentada em vinte e cinco de Julho deste ano, no serviço de finanças de Braga 2;

Duc 160519252899030, comprovativo do pagamento de IMT no valor de 26000,00, no mesmo dia, no Serviço de Finanças Braga 2, e DUC de isenção de imposto de selo.

*Documentos exibidos:*

\_\_\_\_\_ Caderneta predial urbana obtida via internet em 22.01.2019, com os elementos da matriz do artigo 3483. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Duplicado do modelo 1 do IMI apresentado em 4 do mês de Julho deste ano no Serviço de Finanças Braga 2. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Verifiquei os elementos do registo por consulta às certidões permanentes PP-1921-35937-030310-002018 e GP-1908-54715-030310-002082. \_\_\_\_\_

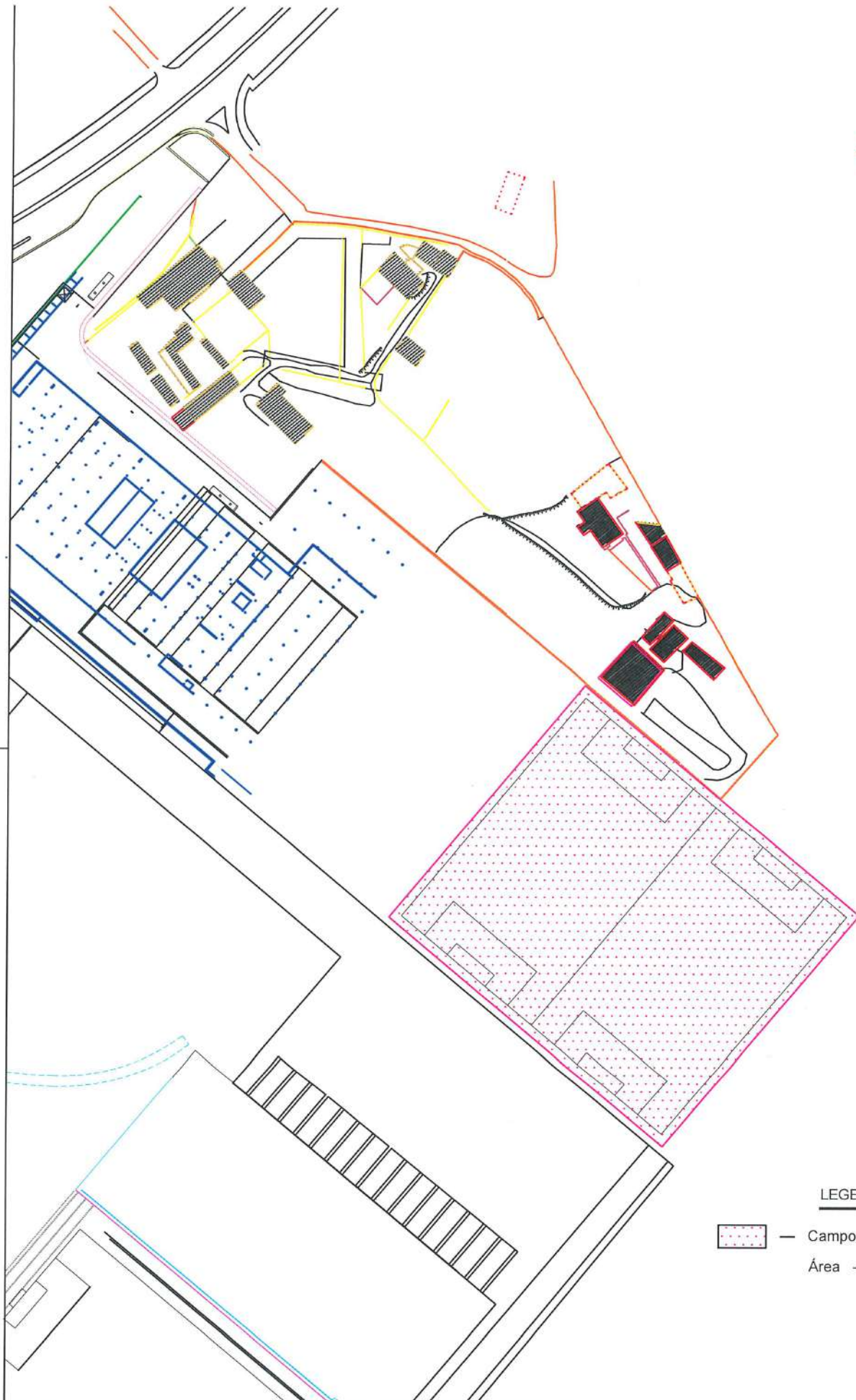
\_\_\_\_\_ Aos outorgantes fiz eu Notária a leitura deste ato e a explicação do seu conteúdo. —

**A Notária,**

**Proc. 1339**

Fac. 1411 /001/2019

---

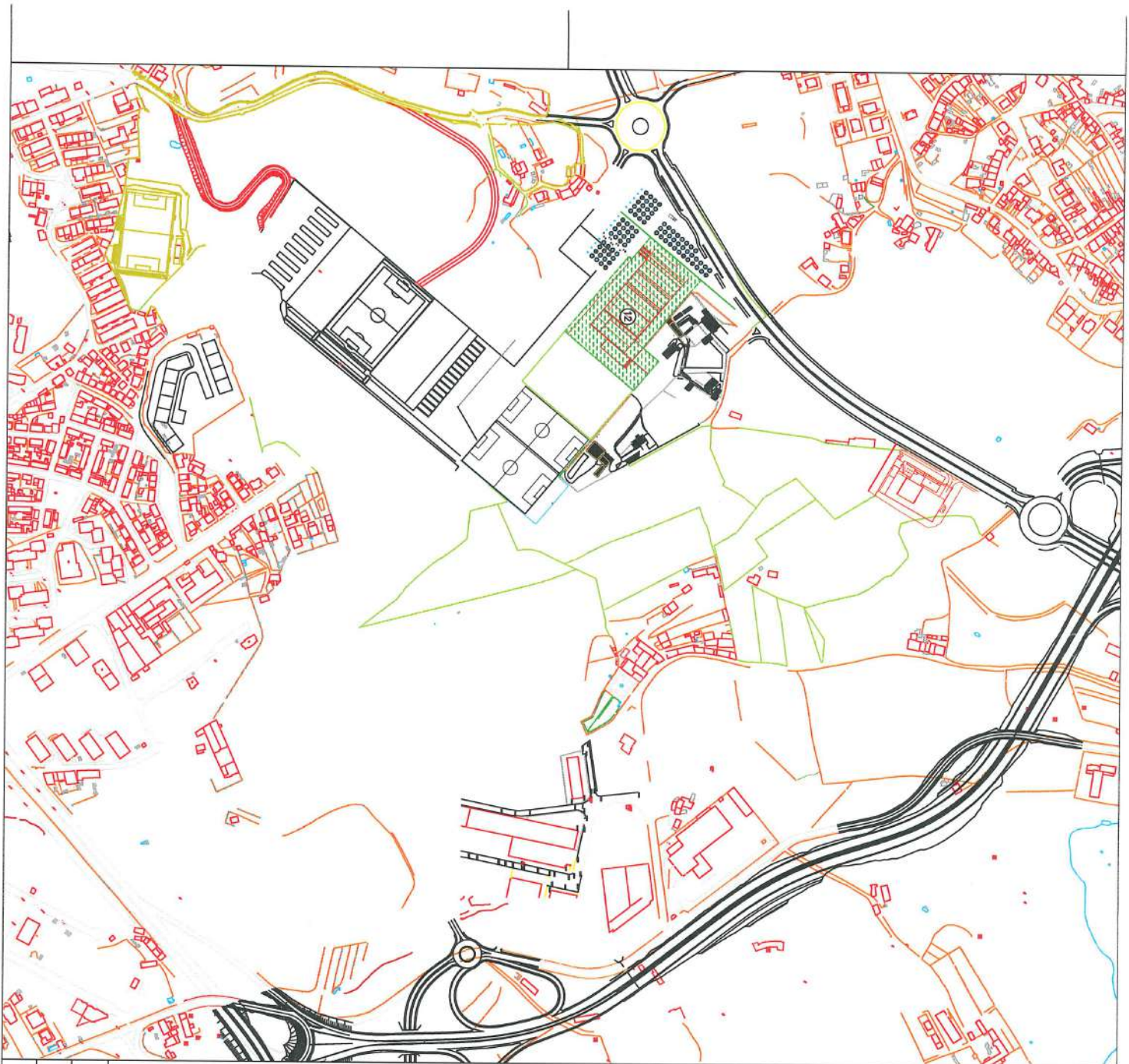


**LEGENDA**

-  — Campos de treinos  
Área - 14650 m<sup>2</sup>

D E P M - DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS MUNICIPAIS				
 BRAGA Município	Topógrafo	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO		TOPOGRAFIA
		PARQUE NORTE		
	Junho 2019	DATA	Campos de treinos - Direito de superfície	ESC 1:2000





PISCINA	
PARCELA	ÁREA
12	14 350 m2

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA	
PARQUE NORTE	1/5000
PISCINA - DIREITO DE SUPERFÍCIE	DEZEMBRO 2015

**TRANSMISSÃO DE  
DE DIREITO DE SUPERFÍCIE**

\_\_\_\_\_ No dia seis de Setembro do ano de dois mil e dezanove, perante mim, Licenciada **Maria Margarida Gomes Dias Azenha**, Notária do Cartório sito na Rua do Raio, n.º 205, 2.º piso, Edifício Visconde do Raio, da cidade de Braga, compareceram como outorgantes: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ *António Salvador da Costa Rodrigues*, casado, natural da freguesia de Espinho, deste concelho, residente na Estrada de Dadim, n.º 25, freguesia de Nogueiró, também deste concelho, portador do CC 09582409 0 ZY1, válido até 07.01.2020 e *Dr. Hernâni Castanhas Rodrigues Portovedo*, casado, natural da freguesia de Tamengos, concelho de Anadiã, residente na Rua da Cachada, n.º 14, União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, deste concelho, portador do CC 07394830 6 ZX1, válido até 17.11.2028, que outorgam: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) Em representação do **SPORTING CLUBE DE BRAGA**, pessoa colectiva de utilidade pública com o NIF 501.346.791, reconhecida como tal, nos termos do Decreto-Lei número quatrocentos e sessenta barra setenta e sete, publicado no "Diário da República", II série, número duzentos e noventa, de onze de Setembro de mil novecentos e oitenta e um, com sede no Parque Norte, lugar de Monte Castro, União das freguesias de Real, Dume e Semelhe, concelho de Braga, na sua qualidade de presidente e vice-presidente, em exercício, para formalizar o deliberado na reunião da direcção de quatro de setembro deste ano, conforme consta da acta

respectiva, de que arquivo pública forma e que à mesma direcção advêm do artº 65º, nºs 11 e 12º dos estatutos, conforme verifiquei pela escritura de reformulação dos mesmos exarada a folhas 113 e seguintes do livro de notas nº 288B deste cartório. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Verifiquei encontrar-se o Sporting Clube de Braga registado como pessoa colectiva de utilidade pública por consulta à certidão permanente através do código de acesso 6636-7128-0100. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) Em representação da **Sporting Clube de Braga - Futebol, S.A.D.**, sociedade anónima desportiva com o número único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Braga e de identificação de pessoa coletiva 504.205.498, com sede no Estádio Municipal de Braga, Parque Norte, Monte Crasto, União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, concelho de Braga, com o capital social de seis milhões de Euros, na sua qualidade de presidente e vogal do conselho de administração para formalizar o deliberado na reunião da do conselho de administração de quatro de Setembro do ano corrente, conforme consta da acta respectiva, de que arquivo pública-forma. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Verifiquei a sua qualidade de administradores por consulta à certidão permanente através do código de acesso 8015-8024-5240. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A identidade dos outorgantes verifiquei pela exibição dos referidos documentos de identificação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Declararam os outorgantes, nas qualidades em que outorgam:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que por escritura pública denominada "Constituição de Direito de Superfície", lavrada nesta data, neste livro de notas, exarada

a folhas imediatamente trinta e nove e seguintes, o Município de Braga, tendo por base a deliberação da Câmara Municipal de Braga, datada de oito de Abril de dois mil e dezanove, e a deliberação da Assembleia Municipal de Braga datada de três de Maio de dois mil e dezanove, constituiu a favor do *Sporting Clube de Braga* um direito de superfície sobre duas parcelas de terreno sitas na Avenida do Estádio, freguesia de Dume, deste concelho, na mesma escritura devidamente identificadas na cláusula primeira. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que o *Sporting Clube de Braga* é, assim, titular do direito de superfície atrás mencionado. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que o identificado direito de superfície tem por objeto, na parcela a) a construção, no prazo de três anos, a contar do início da mesma, de um pavilhão multiusos, designadamente constituído por ginásio, balneários e vestiários de apoio, bem como a construção de uma zona residencial, área de refeitório, sala de estar e lazer, e na parcela b), a construção de dois campos de treino, necessários à otimização da utilização do projeto da Cidade Desportiva na sua globalidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que o prazo do direito de superfície tem a duração de setenta e cinco anos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que, findo o prazo de validade ou vigência do referido direito de superfície, reverterão para o Município de Braga a propriedade superficiária, as construções e as benfeitorias realizadas, sem direito de o *Sporting Clube de Braga* ou de entidades terceiras a receber qualquer indemnização; \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_ Que, de harmonia com o disposto na alínea e) da cláusula 4.<sup>a</sup> do contrato de constituição do sobredito direito de superfície, o Município de Braga autorizou o *Sporting Clube de Braga* a cedê-lo, nos termos legais, total ou parcialmente, à *Sporting Clube de Braga – Futebol, S.A.D.*, devendo tal cedência ser comunicada ao Município, sendo caso disso. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que, pela presente escritura e em execução do deliberado na referida reunião, cedem e transmitem a favor da **Sporting Clube de Braga – Futebol, S.A.D.** o identificado direito de superfície com todos os inerentes direitos e obrigações, objeto e duração, e nos demais termos e condições aplicáveis com as necessárias adaptações, constantes da escritura pública de constituição do direito de superfície, bem como a possibilidade de onerar o referido direito de acordo com o estipulado na alínea b) da cláusula sexta da citada escritura. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que o preço desta transmissão é de **quatrocentos mil euros**, que declaram ter recebido da forma infra indicada. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que o sobredito valor de **QUATROCENTOS MIL EUROS**, foi pago no dia de hoje, através da entrega de um cheque da mesma importância, com o número zero sete nove seis um sete sete nove cinco cinco, sacado pela *Sporting Clube de Braga – Futebol, S.A.D.* sobre o Banco Montepio Geral. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Declararam os outorgantes, nas qualidades em que outorgam: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Que têm pleno conhecimento da escritura pública denominada “Constituição de Direito de Superfície”, lavrada nesta

data, supramencionada, bem como do teor de todas as disposições e condições nela expressas e, ainda.

Que aceitam para a sua representada Sporting Clube de Braga SAD a transmissão do direito de superfície sobre as parcelas de terreno municipais supra identificadas, nos termos exarados.

**ASSIM O DISSERAM E OUTORGARAM.**

Arquivo:

Declaração para liquidação de IMT e do Imposto de Selo apresentada no dia de ontem no Serviço de Finanças Braga 2.

Ducs 160.419.304.237.033 e 163.019.069.855.470, comprovativos do pagamento do IMT e do Imposto de Selo, no dia de ontem, no mesmo serviço de finanças, nos respetivos valores de 26000 euros e de 3200 euros.

Esta escritura foi lida e o seu conteúdo explicado aos outorgantes.

.....

.....

A Notária,

Proc. 1565

Fac/15001/201